

Pina quer IPM contra Sussekind

Fonte militar do I Exército ligada aos IPMs informou ontem que o coronel Gérson de Pina, ex-encarregado do IPM do ISEB, juntou farta documentação sobre corrupção no Ministério do Trabalho e que a encaminhou ao general Terra Ururá, pedindo, na qualidade de "coronel do exército e cidadão brasileiro", a abertura de um IPM para investigar a gestão do sr. Arnaldo Sussekind naquele Ministério.

Falando sobre o assunto, o coronel Gérson de Pina declarou ontem "acreditar ter havido precipitação na divulgação de tais notícias, pois os fatos estão-se desenvolvendo de maneira sigilosa."

SUSSEKIND

As mesmas informações adiantaram que o coronel Pina apresentou ao I Exército documentos que provam desvios de verbas na Previdência Social e diversas outras irregularidades, das quais o ministro teria conhecimento. Além da abertura de inquérito policial-militar, de acôrdo com as mesmas informações, o coronel pede ao comandante do I Exército que pressione o govêrno no sentido do "imediate afastamento do sr. Arnaldo Sussekind do Ministério do Trabalho."

Referindo-se a tais notícias, o coronel Gérson de Pina, disse, ontem, que "acredito ter havido precipitação em tais notícias, pois os fatos estão-se desenvolvendo de maneira sigilosa. Cabe-me apenas encaminhar às autoridades militares as denúncias recebidas".

Sussekind: os trabalhadores estão felizes

Para o ministro Arnaldo Sussekind, do Trabalho, "houve confusão na crítica do professor Evaristo de Moraes Filho ao manifesto endereçado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ao presidente da República, por ter editado o Ato Institucional n.º 2". Acrescentou que "não houve no manifesto qualquer atitude relacionada com política partidária, mas sim apoio a um Ato Institucional. Esta manifestação político-partidária não existiu pois o documento se traduz no seguinte: 1 — os trabalhadores sentem-se felizes por não ter mostrado o governo qualquer preocupação com as entidades sindicais; 2 — os trabalhadores revelam, no documento, esperar, mais do que nunca, novas conquistas sociais. Dentro do raciocínio adotado pelo professor Evaristo de Moraes Filho — prossegue — seria proibido que os trabalhadores pleiteassem um veto ou uma nova conquista social".